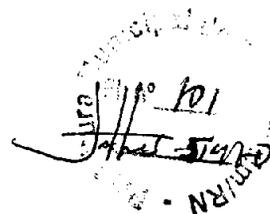




PGM

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM



Processo: 20212430268

Origem: SEARH

Assunto: Parecer acerca da legalidade do Processo Licitatório de Pregão Eletrônico cujo objeto é a aquisição de material permanente para o Arquivo Geral do Município de Parnamirim/RN,,conforme as quantidades e especificações constantes nesse Termo de Referência - Anexo das Minutas do Edital e do Contrato.

PARECER JURÍDICO

I – RELATÓRIO

Cuida-se o presente processo de procedimento licitatório, instaurado na modalidade Pregão Eletrônico encaminhada a PROGE, nos termos do art. 9 da Lei 10520/2002 e art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, na qual requer análise jurídica da legalidade do Processo de Licitação em epígrafe e, modo de disputa aberta, conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do edital.

O presente procedimento licitatório encontra-se devidamente autuado e ; há requisição/justificativa acerca da necessidade do objeto a ser adquirido(fl.01) e o termo de referência (fls. 84/86); declaração do responsável pelo setor atestando a existência de dotação orçamentária específica para cobertura/realização da despesa com indicação das respectivas rubricas á contá do orçamento da SEARH(fl.68); além de pesquisa de mercado composta por orçamentos (fls. 56/57), bem como as Minutas do Edital(fl.73/82), e do Contrato(88/89v).

Observa-se que o julgamento será pelo Menor Preço , tendo como parâmetro orçamentos realizados em várias empresas do ramo. Importante destacar que é de responsabilidade da secretaria, toda e qualquer responsabilidade sobre os preços informados, não competindo a PROGE, avaliar a procedência e regularidade dos valores apresentados pelas empresas que realizaram as cotações.

Cumpre-se destacar que no presente autos não consta a “autorização expressa” do ordenador de despesa para a deflagração do presente processo licitatório no caso a autorização da Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos.

É o breve relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Pelo que aflora do procedimento inicial, o certame licitatório decorre com regularidade, clareza e legitimidade nos termos da Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei complementar 123/2006 e suas alterações, conforme a seguir, bem como pelo Decreto Municipal 6.636/2020 e as Resoluções 028/2020 e 032/2020 do TCE/RN.

O objeto da licitação tem por escopo o Pregão Eletrônico de preços para contratação do objeto citado no introito, de acordo com as especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos, especialmente no termo de referência.

A licitação na modalidade de Pregão Eletrônico destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, nele não há limites de valor estimado da contratação, sendo licitação de Menor Preço por Item ou lote, além de concentrar todos os atos em uma única sessão, conjugando propostas escritas e os lances durante a sessão, e, por fim, mas não menos importante, possibilita a negociação entre o pregoeiro e o proponente que ofertou o menor preço, o que torna o procedimento muito célere e econômico para o município.

A Lei nº 10.520/02 instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Diferentemente da Lei de Licitações, onde a eleição da modalidade de licitação cabível, a rigor, opera-se por meio da análise do valor estimado para a contratação, o pregão, nos termos do que dispõe o Caput do artigo primeiro, da Lei nº 10.520/02, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado para a contratação.

O § único do art. 1º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, assim preleciona:

Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Portanto, a modalidade pregão presencial poderá ser utilizada para a contratação do objeto ora mencionado.

O art. 38, § único da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assim preleciona:

Art. 38

(...) § único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº. 8.883, de 1994).

Sobre o julgamento das propostas pelo menor preço, impende destacar previsão legal do artigo 4º, X da Lei 10.520/2002:

Para Municipal de
Fl. nº 102
15-5147
RN

Art. 4º. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

No que tange o julgamento pelo Tipo Menor Preço por lote, imperioso mencionar Súmula 247 do TCU, que acabou por pacificar a necessidade de seu uso, *ipsis verbis*:

Súmula 247. É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (grifo nosso).

Quanto a análise legal, temos que o presente processo consta também a minuta do edital indicando as exigências constantes do art. 40 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º da Lei 10.520/2002, bem como a documentação que os interessados deverão apresentar para serem considerados habilitados. (fls.).

A previsão da minuta do edital de destinação parcialmente exclusivo a ME e EPP insurgiu-se a observância ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014), embora não consta do item 3.1 da minuta do edital. Neste sentido, a minuta deve ser ratificada para constar o item 3.1.1 a destinação de ME e EPP dos itens que tem valor até até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Sobre a hipótese prevista no inc. I do art. 48 da LC nº 123/2006, destaca-se que nas licitações onde se dar por lote ou item com vistas à ampliação da competitividade, nos moldes do que determina a Lei nº 8.666/935 e recomenda o Tribunal de Contas da União, esse regramento deve ser observado em relação a cada item (ou lote) especificamente. Ou seja, nos itens da contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a Administração deve realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte. (**BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações e**

contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. rev. atual. e ampl. - Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, p. 239.]

Logo, no caso em apreço, a previsão da destinação ME e EPP na minuta do edital 3.1, verifica-se a não ocorrência da exceção prevista no inciso III do art. 49 da LC nº 123/2006, segundo o qual não se aplica a licitação exclusiva quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Portanto, observa-se que a destinação do item do edital 3.4 corresponde mais vantajoso para a administração pública municipal, tendo em vista que os valores dos itens é inferior ao valor permitido.

De acordo o disposto no item I, alínea “a”, inciso VI, do Artigo 10 da resolução 028/2020 do Tribunal de Contas do Estado - TCE/RN é obrigatório a “autorização expressa” do ordenador de despesa para a deflagração de cada processo licitatório. Dessa forma, para a finalização da contratação é necessário a autorização expressa da Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos ou o substituto legal .

A regulamentação dos contratos administrativos encontra-se prevista no artigo 54 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, tendo o art. 55, da referida norma, previsto quais são as cláusulas que necessariamente deverão estar consignadas nos chamados contratos administrativos, sendo as seguintes:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;

- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§ 1º (VETADO). § 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.

Quanto à minuta do contrato, observa-se que está dentro das exigências contidas no artigo 54 a 59, da Lei nº 8.666/93, quanto a sua regulamentação, regendo os mesmos pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público em relação ao objeto do contrato como a forma de fornecimento, os prazos de início de etapas de entregar dos materiais de limpeza e higiene, a previsão como deve ocorrer o pagamento e bem como a fiscalização do contrato e as hipóteses da rescisão.

Conforme podemos verificar, pela análise do contrato que compõe os presentes autos, a obedeceu, in casu, aos princípios da supremacia do interesse público, eficiência, economicidade, razoabilidade, isonomia, legalidade e não apresenta irregularidades que possam macular a contratação e que a minuta do contrato segue os preceitos legais que regem a matéria.

III. CONCLUSÃO

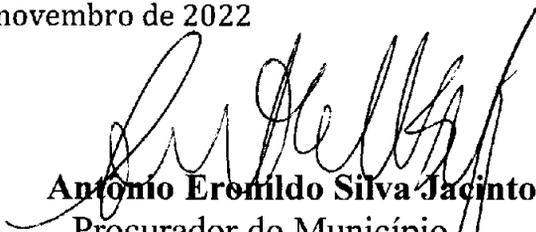
Desse modo obedecidas as demais regras contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei nº. 10.520/2002, entende-se que a Administração Pública Consulente poderá adotar a modalidade de Licitação Pregão Eletrônico por meio de registro de preço, encontrando-se o atos praticados em consonância com os dispositivos da Lei Federal, supra citada, razão pela qual se encontra dentro na legalidade e neste sentido pela **REGULARIDADE** e **APROVAÇÃO** do procedimento, até o presente momento com a **RESSALVA Para consta a**

“autorização expressa” do ordenador de despesa para a deflagração do presente processo licitatório no caso a autorização da Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos ou o substituto legal nos termos no item I, alínea “a”, inciso VI, do Artigo 10 da resolução 028/2020 do Tribunal de Contas do Estado – TCE/RN.

Por derradeiro, cumpre salientar que a Procuradoria emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo.

É o parecer, salvo melhor juízo.

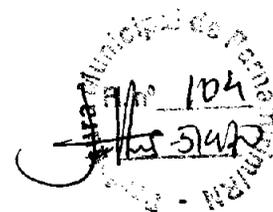
Parnamirim/RN, 11 de novembro de 2022


Antonio Eronildo Silva Jacinto
Procurador do Município
OAB/RN 11526 Mat. 39985



PGM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
RUA CASTOR VIEIRA REGIS, 500 - COHABINAL
PARNAMIRIM - RN - CEP: 59.140-670 - FONE: 3645-5550/3645-9937



Processo 20212430268
Interessado SEARH
Assunto PREGÃO ELETRÔNICO

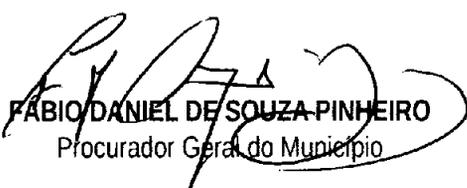
DESPACHO

Concordo com o Parecer da lavra do Dr. ANTÔNIO ERONILDO, quanto a REGULARIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO, com o objetivo de adquirir material permanente para o Arquivo Geral do Município, nas quantidades e especificações previstas no Termo de Referência acostado aos autos.

Registro a necessidade de atendimento às ressalvas apresentadas na alentada análise jurídica.

À SEARH.

Parnamirim, 11 de NOVEMBRO de 2022.


FÁBIO DANIEL DE SOUZA PINHEIRO
Procurador Geral do Município

